

ORIENTAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL PÓS-PNE 2014

Bianca Mineko Ueda (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Maria Eunice França Volsi (Orientadora). E-mail: mefvolsi@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Maringá, PR.

Educação/Planejamento e Avaliação

Palavras-chave: valorização de professores; organismos internacionais e políticas públicas.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as orientações de Organismos Internacionais nas políticas de valorização de professores da educação básica no Brasil, após a aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de estudos em políticas educacionais, gestão e financiamento da educação (GEPEFI/CNPq), inserida na Pesquisa Institucional, Processo n.º 2388/2022-PRO, intitulada “Políticas Públicas para a valorização de professores da educação básica no Brasil: história e gestão no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024)”. A investigação foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, com ênfase nos documentos produzidos pelo Banco Mundial e pela OCDE. O referencial teórico de análise está pautado na Ciência da História. Os relatórios dessas instituições destacam a importância do recrutamento de professores qualificados, da formação inicial e continuada, de planos de carreira estruturados e da motivação docente como fatores fundamentais para qualidade da educação. No Brasil, observou-se no período pós-PNE/2014, que embora o país tenha criado legislações e programas que dialogam com essas recomendações, como o reajuste do piso salarial, tais medidas não têm sido suficientes para enfrentar a evasão nas licenciaturas, a sobrecarga de trabalho e a desvalorização social da profissão.

INTRODUÇÃO

Os organismos internacionais, como a UNESCO, o Banco Mundial e a OCDE, têm realizado estudos em diversos países para analisar as políticas educacionais e os resultados obtidos, a fim de produzir documentos orientadores. Estes documentos refletem a preocupação dessas organizações com a escassez de docentes qualificados e também com a eficácia do ensino. No Brasil, essa preocupação se intensifica a partir do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), que estabeleceu metas específicas (Metas 17 e 18) para a valorização docente. Dessa

forma, esta pesquisa busca compreender se as políticas públicas brasileiras seguem as orientações propostas por esses organismos, em específico, o Banco Mundial e a OCDE, e em que medida têm contribuído para enfrentar os desafios da profissão docente.

REVISÃO DE LITERATURA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Foram analisados relatórios internacionais, como “Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe” (Banco Mundial, 2014) e “Professores são importantes” (OCDE, 2005), além de legislações nacionais como a Constituição Federal de 1988, a LDBEN (Lei nº 9.394/1996) e o PNE (Lei nº 13.005/2014). Também foram considerados documentos oficiais do MEC e do INEP e ainda, estudos recentes que analisam a atuação desses organismos na política educacional brasileira, em especial, as políticas para a valorização docente. Entre esses estudos destacamos: Moreira et al (2020) e Maués e Costa (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos do Banco Mundial e da OCDE destacam a centralidade do papel dos professores na qualidade da educação. O Banco Mundial (2014) defende a valorização de professores baseada em eficiência e resultados, portanto, orientam políticas de formação centrada em habilidades e competência, como as que evidenciamos na Base Nacional Comum Curricular no Brasil, a partir de 2017. Também orienta a valorização docente, por meio da remuneração por mérito, evidenciando assim, o desenvolvimento de uma política de resultados aplicada a carreira dos profissionais da educação, que acaba por retirar do professor sua autonomia na realização do trabalho pedagógico. Ao analisar as políticas educacionais em curso no país, Moreira et al. (2020, p. 6) afirmam que “verifica-se uma adequação às demandas do Banco Mundial e presença das suas recomendações nas reformas educacionais em andamento”.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) além de orientar políticas de caráter geral aos países, também, dedica atenção às políticas de valorização docente, por meio da elaboração de relatórios destinados a esses profissionais. Entre os documentos produzidos por esse organismo internacional destacamos “Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores” publicado em 2005. Esse documento tem sido referência para a elaboração de políticas de formação e valorização docente no país desde então. Ao tratar da valorização docente, a OCDE tem recomendado políticas de profissionalização e responsabilização, que recai também, no incentivo ao mérito como proposto pelo Banco Mundial. Esse formato de política tem sido criticado por autores como Maués e Costa (2020) que explicam que a preocupação com a formação docente passou a ser constante nas agendas dos diferentes países e nas reformas empreendidas, enquanto maneira de operacionalizar os objetivos

pretendidos em relação ao novo papel esperado da escola que passou a seguir novas regulações estabelecidas pelo processo de mundialização.

Entendemos que pensar em políticas para a valorização de professores implica diretamente em condições de trabalho, carreira e salário. Entendemos que a qualidade do ensino depende diretamente da qualificação dos docentes, de plano de carreira, de melhores condições de trabalho e da formação inicial e continuada destes profissionais.

No Brasil, no período pós-PNE/2014 foram implementadas ações como: criação da Política nacional de formação dos profissionais da educação básica; correções anuais do piso salarial nacional; readequação do Programa de Iniciação a Docência (Pibid) e a criação do Programas Residência Pedagógica; diretrizes curriculares nacionais para a formação docente; e, recentemente, foi aprovada a Lei n. 14.817/2024 que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. Contudo, mesmo com todo esse aparato normativo, permanecem graves problemas educacionais como os baixos salários, violência nas escolas, salas de aula super lotadas, adoecimento docente e altas taxas de evasão nos cursos de licenciatura. Observa-se ainda que, a cada mudança de governo, políticas de valorização docente perdem a continuidade, revelando uma fragilidade do cenário político brasileiro.

CONCLUSÕES

Observamos no desenvolver da pesquisa, que há convergência quanto ao reconhecimento da importância de formação inicial e continuada de professores da educação básica, da necessidade de valorização profissional e da centralidade ao trabalho docente, tanto nos documentos analisados do BM e da OCDE, como nas ações empreendidas pelos governos ao longo dos dez anos do PNE/2014-2024. No entanto, enquanto o PNE (Metas 17 e 18) defende a valorização por meio de equiparação salarial, plano de carreira, e condições de trabalho, esses organismos internacionais priorizam mecanismos de responsabilização e meritocracia.

Conclui-se que, as políticas de valorização de professores da educação básica no Brasil pós-PNE2014 estiveram sob forte influência dos organismos internacionais estudados nessa pesquisa. Evidenciamos que a construção dessa política se faz num campo de disputa em que dialogam atores globais e nacionais. Portanto, a formação de qualidade, salários dignos, planos de carreira consistentes e boas condições de trabalho, ainda são desafios a serem enfrentados e pautados no próximo Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Araucária pela concessão da bolsa PIBIC, que possibilitou a realização desta pesquisa científica. Agradeço também à Universidade Estadual de Maringá e à Orientadora Profa. Dra. Maria Eunice Franca Volsi pelo apoio durante o

desenvolvimento da pesquisa e ao Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI).

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Professores Excelentes:** como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe. Washington, DC: BM, 2014. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/>. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

MAUÉS, O. C.; COSTA, M. C. S. A OCDE e a formação docente: a TALIS em questão. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 99-124, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i41.7255>

MOREIRA, J. A.; MARTINELLI, T. A. P.; SILVA, R. V. da; VASCONCELOS, C. de M. Banco Mundial e as recomendações atuais para as políticas educacionais no Brasil. **Revista Fineduca**, Porto Alegre, v. 10, n. 14, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca>. Acesso em: 29 ago. 2025.

OCDE. **Professores são importantes:** atraindo, desenvolvendo e retendo professores. São Paulo: Moderna, 2005.